

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO E QUANTITATIVOS (Art. 6º, inciso XXIII, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021)****1.1. Objeto**

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de apoio ao diagnóstico por imagem, em modelo integrado e agrupado em lote único, compreendendo a emissão de laudos médicos remotos por telerradiologia para exames de radiografia (raio-x) e tomografia computadorizada realizados pela Fundação Hospital Frei Gabriel, bem como a realização presencial de exames de ultrassonografia, incluindo atendimento ambulatorial eletivo e cobertura de plantão de sobreaviso para urgência e emergência.

A contratação compreenderá, ainda:

- disponibilização de equipe médica especializada;
- emissão de laudos médicos com observância dos Acordos de Nível de Serviço (SLA);
- utilização de sistema PACS/RIS compatível com padrões técnicos e regulatórios aplicáveis;
- integração tecnológica **estrita e exclusiva aos sistemas de arquivamento e comunicação de imagens (PACS/RIS)**;
- armazenamento seguro das imagens e laudos;
- suporte técnico e retaguarda médica especializada;
- cumprimento das exigências da Resolução RDC ANVISA nº 611/2022 e demais normas aplicáveis aos serviços de diagnóstico por imagem e telerradiologia.

Os serviços deverão ser executados conforme as especificações técnicas, quantitativos, condições operacionais e critérios de medição estabelecidos neste Termo de Referência.

1.2. Quantitativos Estimados da Contratação

Item	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Anual Estimada
1	Laudos de radiografia (raio-x) ambulatorial por telerradiologia	Laudo	5.505
2	Laudos de tomografia computadorizada por telerradiologia	Laudo	6.512
3	Exames de ultrassonografia ambulatorial (eletiva) com emissão de laudo presencial	Exame	1.500
4	Cobertura de plantão de sobreaviso em ultrassonografia para urgência e emergência	Plantão de 12 horas	730
	Total estimado de procedimentos e plantões	-	14.247

O quantitativo anual estimado de 1.500 exames de ultrassonografia refere-se exclusivamente à demanda ambulatorial eletiva. Os atendimentos de urgência e emergência encontram-se contemplados no quantitativo de 730 plantões anuais de sobreaviso, razão pela qual não integram a estimativa de produção ambulatorial.

1.3. Natureza dos Quantitativos

Os quantitativos previstos possuem caráter estimativo, tendo sido apurados com base na produção histórica da Fundação Hospital Frei Gabriel, não constituindo obrigação de consumo mínimo por parte da Administração.

A remuneração da contratada ocorrerá conforme a efetiva execução dos serviços, observados os critérios de medição, fiscalização e pagamento estabelecidos neste Termo de Referência.

1.4. Vigência Contratual

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 5 (cinco) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstradas a vantajosidade da manutenção contratual e a disponibilidade orçamentária.

1.5. Regime de Execução

A contratação será executada sob regime de prestação de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, considerando que:

- os profissionais da contratada não permanecerão à disposição exclusiva da Administração;
- os serviços de telerradiologia serão executados remotamente;
- os serviços presenciais de ultrassonografia ocorrerão mediante escalas e acionamentos específicos;
- a remuneração ocorrerá por produção efetivamente realizada e por plantão de sobreaviso executado.

A contratação será executada sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021, considerando que a remuneração da contratada ocorrerá em função das quantidades efetivamente executadas e medidas pela Administração, sem garantia de consumo mínimo.

1.6. Estruturação Operacional do Objeto

Para fins de execução, fiscalização, medição e controle contratual, os serviços serão organizados nos seguintes módulos operacionais:

Módulo 1 – Radiologia (Raio-X)

- execução dos exames pela equipe técnica da Fundação Hospital Frei Gabriel;
- emissão de laudos médicos remotos por telerradiologia;
- atendimento exclusivamente eletivo/ambulatorial.

Módulo 2 – Tomografia Computadorizada

- execução dos exames pela equipe técnica da Fundação Hospital Frei Gabriel;
- emissão de laudos médicos remotos por telerradiologia;
- atendimento eletivo, de urgência e emergência.

Módulo 3 – Ultrassonografia

- realização presencial dos exames;
- emissão presencial de laudos médicos;
- atendimento ambulatorial eletivo e cobertura em regime de sobreaviso para urgência e emergência.

1.7. Critério de Julgamento

O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço global por lote único, observados os requisitos técnicos, sanitários, operacionais e de qualificação previstos neste Termo de Referência.

1.8. A contratação caracteriza-se como prestação de serviços **sem dedicação exclusiva de mão de obra**, sendo a proposta financeira formulada estritamente com base no valor unitário do laudo/exame ou plantão, dispensando-se a apresentação de planilha analítica detalhada de custos com salários e encargos trabalhistas.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021)

2.1. Fundamentação Técnica e Assistencial

A presente contratação fundamenta-se nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) elaborados no âmbito do processo administrativo correspondente, os quais demonstraram a viabilidade técnica, operacional e econômica da solução proposta para atendimento das necessidades assistenciais da Fundação Hospital Frei Gabriel.

Os estudos realizados evidenciaram que a adoção de modelo híbrido de execução dos serviços — compreendendo telerradiologia para emissão de laudos de radiografia (raio-x) e tomografia computadorizada, associada à realização presencial de exames de ultrassonografia — constitui a alternativa mais adequada para garantir continuidade, eficiência e segurança na prestação dos serviços de apoio diagnóstico por imagem.

A contratação mostra-se necessária diante:

- da essencialidade dos exames de diagnóstico por imagem para a adequada condução clínica e terapêutica dos pacientes;
- da necessidade de manutenção contínua do suporte diagnóstico à assistência hospitalar e ambulatorial;
- da insuficiência de corpo clínico próprio especializado para atendimento integral da demanda da Fundação Hospital Frei Gabriel;
- da necessidade de cobertura contínua para atendimento de demandas eletivas, de urgência e emergência;
- da necessidade de utilização de solução tecnológica especializada para telerradiologia, armazenamento de imagens e integração de sistemas;
- da busca por maior eficiência operacional, redução de riscos assistenciais e melhoria do fluxo de atendimento da unidade hospitalar.

Os Estudos Técnicos Preliminares demonstraram, ainda, que:

- o modelo proposto apresenta compatibilidade com a demanda histórica da instituição;

- os quantitativos estimados mostram-se adequados ao perfil assistencial da unidade;
- a contratação integrada em lote único proporciona maior eficiência operacional e melhor gestão contratual;
- a solução permite padronização técnica dos serviços e centralização da responsabilidade operacional;
- os riscos identificados são conhecidos e passíveis de mitigação mediante adoção das medidas previstas no Mapa de Riscos e neste Termo de Referência.

A contratação também se fundamenta na necessidade de observância das normas sanitárias aplicáveis aos serviços de diagnóstico por imagem, especialmente a Resolução RDC ANVISA nº 611/2022, bem como das disposições relacionadas à segurança da informação, proteção de dados pessoais e rastreabilidade dos exames e laudos médicos.

Dessa forma, conclui-se que a solução proposta atende ao interesse público, mostra-se adequada às necessidades institucionais da Fundação Hospital Frei Gabriel e apresenta viabilidade técnica e econômica para assegurar suporte diagnóstico contínuo, seguro e eficiente à população atendida pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

2.2. Adoção do Pregão Eletrônico: Embora a emissão de laudos possua natureza intelectual, a contratação enquadra-se como serviço comum, uma vez que possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste edital por meio de especificações usuais de mercado e protocolos médicos padronizados, justificando a adoção do Pregão, conforme art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. Descrição Geral da Solução

A solução pretendida compreende a contratação integrada de serviços especializados de diagnóstico por imagem, contemplando:

- emissão remota de laudos médicos por telerradiologia para exames de radiografia (raio-x) e tomografia computadorizada realizados pela Fundação Hospital Frei Gabriel;
- realização presencial de exames de ultrassonografia, com emissão imediata de laudos médicos;
- cobertura de plantão de sobreaviso em ultrassonografia para atendimento de demandas de urgência e emergência;
- disponibilização de infraestrutura tecnológica compatível com os serviços de telerradiologia;
- suporte técnico e retaguarda médica especializada.

Os exames de radiografia (raio-x) e tomografia computadorizada serão executados pela equipe técnica da própria Fundação Hospital Frei Gabriel, competindo à contratada exclusivamente a emissão dos respectivos laudos médicos por meio de sistema de telerradiologia.

Os exames de ultrassonografia serão integralmente executados pela contratada, incluindo:

- realização presencial dos exames;
- emissão dos laudos médicos;
- atendimento ambulatorial eletivo;
- atendimento em regime de sobreaviso para urgência e emergência.

3.2. Solução Tecnológica

A solução de telerradiologia deverá operar obrigatoriamente mediante utilização de sistema PACS/RIS (Picture Archiving and Communication System / Radiology Information System), assegurando:

- armazenamento seguro das imagens e laudos;
- transmissão segura dos exames;
- rastreabilidade das informações diagnósticas;
- interoperabilidade entre sistemas;
- integridade e disponibilidade dos dados;
- controle de acesso e segurança da informação.

O sistema de telerradiologia e a transmissão de imagens deverão utilizar protocolos de comunicação e formatos de arquivos nos padrões DICOM (Digital Imaging and Communications in Medicine) e HL7 (Health Level Seven), conforme regulamentação sanitária aplicável e padrões técnicos de interoperabilidade.

A solução deverá possuir capacidade de integração com os sistemas utilizados pela Fundação Hospital Frei Gabriel, incluindo prontuário eletrônico e demais sistemas assistenciais eventualmente utilizados pela Administração.

A contratada deverá garantir:

- disponibilidade contínua do sistema;
- mecanismos de contingência operacional;
- redundância mínima para continuidade dos serviços;
- suporte técnico especializado;
- armazenamento seguro das imagens e laudos pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos;
- disponibilização integral do banco de imagens e laudos ao término do contrato, incluindo migração dos dados sem ônus para a Administração.

3.2.1. Infraestrutura Tecnológica Existente da Fundação

A Fundação Hospital Frei Gabriel atualmente utiliza infraestrutura tecnológica composta por equipamentos e softwares especializados em aquisição, processamento e gerenciamento de imagens diagnósticas, incluindo sistemas compatíveis com os padrões DICOM e HL7.

Para fins de compatibilidade operacional e integração tecnológica, a solução ofertada pela contratada deverá possuir plena capacidade de interoperabilidade com os sistemas atualmente utilizados pela instituição, incluindo, entre outros:

- sistema de tomografia computadorizada Siemens Healthcare – plataforma *syngo CT VA40*;
- software de aquisição radiográfica digital DRTECH Image Acquisition Software for Radiography;
- sistemas de aquisição e processamento vinculados aos equipamentos VMI Tecnologias;

- demais sistemas, equipamentos e soluções assistenciais utilizados pela Fundação Hospital Frei Gabriel.

A referência aos sistemas atualmente existentes possui caráter exclusivamente informativo e operacional, não configurando indicação de marca, direcionamento ou restrição à competitividade, devendo a solução ofertada pela licitante assegurar plena integração, interoperabilidade, compatibilidade técnica e continuidade operacional com a infraestrutura tecnológica da Administração.

A integração tecnológica da solução será **restrita aos softwares e plataformas de diagnóstico por imagem (PACS/RIS)**, ficando **expressamente vedada** a exigência de integração do sistema da Contratada com softwares de gestão hospitalar, administrativa, financeira ou sistemas de prontuário eletrônico globais da Administração.

3.3. Requisitos Operacionais da Solução

A solução deverá observar os seguintes requisitos operacionais mínimos:

a) Radiografia (Raio-X)

- emissão remota de laudos exclusivamente para exames ambulatoriais/eletivos;
- atendimento por telerradiologia;
- observância dos prazos de emissão de laudos previstos neste Termo de Referência.

b) Tomografia Computadorizada

- emissão remota de laudos para exames eletivos, de urgência e emergência;
- atendimento contínuo por telerradiologia;
- cumprimento dos Acordos de Nível de Serviço (SLA) estabelecidos.

c) Ultrassonografia

- realização presencial dos exames;
- emissão presencial e imediata dos laudos;
- cobertura ambulatorial eletiva;
- cobertura em regime de sobreaviso para urgência e emergência;
- comparecimento do profissional dentro do prazo máximo estabelecido após acionamento pela equipe assistencial.

3.4. Conformidade Regulatória e Sanitária

A execução dos serviços deverá observar integralmente:

- a Lei nº 14.133/2021;
- a Resolução RDC ANVISA nº 611/2022;
- as normas do Conselho Federal de Medicina (CFM);
- as normas de proteção radiológica aplicáveis;
- a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- demais normas técnicas e sanitárias relacionadas aos serviços de diagnóstico por imagem e telerradiologia.

A contratada deverá manter:

- regularidade dos sistemas utilizados;
- licenciamento válido dos softwares empregados;

- conformidade técnica dos monitores médicos utilizados para emissão de laudos;
- comprovação periódica dos testes de luminância dos monitores diagnósticos e do ambiente de leitura, conforme normas técnicas aplicáveis.

3.5. Responsabilidades Técnicas

A Fundação Hospital Frei Gabriel manterá:

- seu Responsável Técnico (RT);
- o Supervisor de Proteção Radiológica (SPR);
- a responsabilidade pelas instalações e equipamentos emissores de radiação.

A contratada deverá designar formalmente:

- Responsável Técnico (RT) pelos serviços prestados;
- equipe médica especializada devidamente habilitada;
- profissionais responsáveis pelos serviços de telerradiologia e ultrassonografia.

O Responsável Técnico da contratada deverá atuar de forma integrada com os mecanismos institucionais de gerenciamento de riscos e controle de qualidade da Fundação Hospital Frei Gabriel.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E SANITÁRIOS (Art. 6º, inciso XXIII, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021 e Resolução RDC ANVISA nº 611/2022)

4.1. Requisitos Gerais da Contratação

A contratada deverá executar os serviços em estrita observância às exigências técnicas, sanitárias, assistenciais, regulatórias e operacionais aplicáveis aos serviços de diagnóstico por imagem, telerradiologia e ultrassonografia, garantindo qualidade diagnóstica, continuidade assistencial, segurança do paciente e conformidade normativa.

Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, eficiente e segura, observando:

- os Acordos de Nível de Serviço (SLA) estabelecidos neste Termo de Referência;
- as normas sanitárias aplicáveis;
- os requisitos de proteção de dados pessoais;
- os protocolos técnicos de diagnóstico por imagem;
- os padrões de interoperabilidade tecnológica;
- os requisitos de segurança da informação.

4.2. Conformidade Sanitária e Regulatória

A contratada deverá cumprir integralmente:

- a Resolução RDC ANVISA nº 611/2022;
- as normas do Conselho Federal de Medicina (CFM);
- as normas de proteção radiológica aplicáveis;
- a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- demais normas técnicas e sanitárias pertinentes à prestação dos serviços.

Especialmente, a contratada deverá observar:

a) Responsabilidade Técnica

- designação formal de Responsável Técnico (RT) médico devidamente habilitado para os serviços prestados;

- manutenção de equipe médica regularmente inscrita no Conselho Regional de Medicina (CRM);
- comprovação de habilitação técnica compatível com as especialidades exigidas.

b) Segurança e Qualidade Diagnóstica

- utilização de sistemas PACS/RIS compatíveis com os padrões técnicos e regulatórios aplicáveis;
- utilização dos protocolos DICOM e HL7 para transmissão e interoperabilidade das imagens e dados;
- garantia da integridade, rastreabilidade e confidencialidade das informações diagnósticas;
- manutenção de ambiente técnico adequado para emissão de laudos remotos.

c) Vedação de Métodos Não Permitidos

- fica expressamente proibida a prática de fotografar, filmar ou utilizar escâner não específico para digitalizar imagens diagnósticas com a finalidade de emissão de laudos médicos, nos termos do art. 72 da RDC ANVISA nº 611/2022;
- é vedada a utilização de imagens degradadas, comprimidas inadequadamente ou obtidas por meios incompatíveis com a finalidade diagnóstica.

d) Controle de Qualidade dos Monitores Diagnósticos

- apresentação periódica de laudos e testes de luminância dos monitores médicos utilizados para emissão de laudos;
- comprovação da adequação do ambiente de leitura remota, incluindo testes de luminância ambiental e conformidade com normas técnicas aplicáveis;
- manutenção das condições técnicas necessárias à adequada interpretação diagnóstica das imagens.

e) Proteção de Dados e Segurança da Informação

- adequação integral à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- adoção de mecanismos de segurança da informação compatíveis com a natureza sensível dos dados tratados;
- garantia de confidencialidade, integridade, disponibilidade e rastreabilidade das imagens e laudos médicos;
- controle de acesso aos sistemas utilizados na execução contratual;
- manutenção de registros de acesso e movimentação das informações diagnósticas.

4.3. Armazenamento e Disponibilização de Dados

A contratada deverá:

- garantir armazenamento seguro das imagens e laudos pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos;
- assegurar disponibilidade contínua do acervo digital durante toda a vigência contratual;
- disponibilizar integralmente o banco de imagens e laudos ao término do contrato;
- garantir a migração dos dados sem ônus para a Administração;
- vedar qualquer forma de retenção indevida de dados ou lock-in tecnológico.

4.4. Responsabilidades da Fundação Hospital Frei Gabriel

Compete à Fundação Hospital Frei Gabriel:

- manter seu Responsável Técnico (RT) e Supervisor de Proteção Radiológica (SPR) pelas instalações e equipamentos emissores de radiação;
- assegurar a qualidade técnica das imagens produzidas pelos equipamentos da unidade;
- garantir a coleta, registro e guarda do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos pacientes antes da transmissão das imagens e dados à contratada, conforme art. 71, inciso IV, da RDC ANVISA nº 611/2022;
- disponibilizar infraestrutura mínima necessária para integração operacional dos serviços.

4.5. Integração com Gestão de Riscos e Controle de Qualidade

O Responsável Técnico da contratada deverá atuar de forma integrada com os mecanismos institucionais de gerenciamento de riscos da Fundação Hospital Frei Gabriel, fornecendo informações, relatórios e indicadores necessários à revisão sistemática dos processos, programas de qualidade e segurança assistencial.

A contratada deverá colaborar com auditorias, inspeções, fiscalizações e demais mecanismos de controle relacionados aos serviços objeto da contratação.

4.6. Subcontratação

Será admitida a subcontratação parcial dos serviços especializados de telerradiologia e emissão de laudos médicos, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução contratual, qualidade dos serviços, cumprimento dos SLAs e obrigações perante a Administração.

É vedada a subcontratação integral do objeto ou a transferência da responsabilidade técnica e gerencial da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, da Lei nº 14.133/2021)

5.1. Modelo Geral de Execução

Os serviços objeto da contratação serão executados de forma contínua, sob demanda, conforme as necessidades assistenciais da Fundação Hospital Frei Gabriel, observando o modelo híbrido de execução definido neste Termo de Referência.

A execução compreenderá:

- emissão remota de laudos médicos por telerradiologia para exames de radiografia (raio-x) e tomografia computadorizada realizados pela equipe técnica da Fundação Hospital Frei Gabriel;
- realização presencial de exames de ultrassonografia com emissão imediata de laudos médicos;
- cobertura de plantão de sobreaviso em ultrassonografia para atendimento de urgência e emergência.

Os serviços deverão observar integralmente os fluxos assistenciais, protocolos institucionais, requisitos sanitários e critérios de desempenho definidos neste instrumento.

5.2. Execução dos Serviços de Radiografia (Raio-X)

Os exames de radiografia serão realizados pela equipe técnica da Fundação Hospital Frei Gabriel, competindo à contratada exclusivamente:

- receber as imagens diagnósticas por sistema de telerradiologia;
- realizar análise médica especializada;
- emitir os respectivos laudos médicos;
- disponibilizar os laudos dentro dos prazos estabelecidos.

Os serviços de laudos de radiografia compreenderão exclusivamente exames ambulatoriais/eletivos.

5.3. Execução dos Serviços de Tomografia Computadorizada

Os exames de tomografia computadorizada serão realizados pela equipe técnica da Fundação Hospital Frei Gabriel, cabendo à contratada:

- recepção das imagens por sistema PACS/RIS;
- interpretação diagnóstica por médico especialista;
- emissão e disponibilização dos laudos médicos;
- atendimento contínuo das demandas eletivas, prioritárias, de urgência e emergência.

5.4. Execução dos Serviços de Ultrassonografia

A contratada será responsável pela execução integral dos serviços de ultrassonografia, compreendendo:

- disponibilização de médico ultrassonografista presencial;
- realização dos exames;
- emissão imediata dos laudos;
- atendimento ambulatorial eletivo;
- cobertura em regime de sobreaviso para urgência e emergência.

O médico ultrassonografista deverá possuir habilitação profissional compatível com os procedimentos realizados e manter regular inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM).

5.5. Acordos de Nível de Serviço (SLA)

A contratada deverá observar obrigatoriamente os seguintes prazos máximos para execução dos serviços:

Tipo de Atendimento	Prazo Máximo
Tomografia computadorizada – urgência/emergência	Até 2 (duas) horas
Exames prioritários de pacientes internados	Até 6 (seis) horas
Exames eletivos	Até 48 (quarenta e oito) horas
Ultrassonografia em regime de sobreaviso	Comparecimento presencial em até 60 (sessenta) minutos após acionamento

Os prazos serão contados:

- para telerradiologia: a partir da disponibilização integral das imagens no sistema;
- para ultrassonografia em sobreaviso: a partir do acionamento formal pela unidade hospitalar.

5.5.1. Disponibilidade do Sistema de Telerradiologia

Para os serviços de telerradiologia, a contratada deverá garantir disponibilidade mínima mensal do sistema de 99% (noventa e nove por cento), considerando a plena operacionalidade da plataforma PACS/RIS, transmissão de imagens, acesso aos exames e disponibilização dos laudos.

Será admitido tempo máximo de indisponibilidade contínua de até 2 (duas) horas, desde que:

- haja comunicação imediata à Administração;
- seja formalmente registrado o incidente operacional;
- ocorra imediato acionamento do plano de contingência;
- não haja comprometimento da continuidade assistencial da unidade hospitalar.

A contratada deverá manter mecanismos de redundância, contingência e suporte técnico aptos a assegurar a continuidade dos serviços em caso de falhas operacionais, indisponibilidade de sistema ou interrupção de conectividade.

5.6. Plantão de Sobreaviso em Ultrassonografia

A cobertura de sobreaviso em ultrassonografia destina-se ao atendimento das demandas de urgência e emergência da unidade hospitalar.

O serviço será executado mediante:

- escala previamente definida;
- disponibilidade contínua do profissional durante o período contratado;
- comparecimento presencial obrigatório dentro do prazo máximo estabelecido;
- realização do exame e emissão do respectivo laudo.

O pagamento do plantão de sobreaviso ocorrerá conforme critérios definidos neste Termo de Referência, independentemente da quantidade de exames realizados durante o período de cobertura.

5.7. Regras Operacionais do Ambulatório de Ultrassonografia

Os atendimentos ambulatoriais eletivos de ultrassonografia observarão:

- agenda elaborada exclusivamente pela Administração, **que deterá a prerrogativa de definir a capacidade de vagas e informar previamente à contratada o quantitativo exigido de exames por agenda (tendo como parâmetro de costume atual cerca de 24 exames por modalidade);**
- controle de produção baseado exclusivamente nos exames efetivamente realizados;
- vedação de pagamento por horários ociosos, faltas, cancelamentos ou não comparecimento de pacientes;
- possibilidade de inclusão de exames avulsos conforme necessidade assistencial;

- organização das agendas por modalidades diagnósticas.

O ambulatório poderá contemplar, entre outras, as seguintes modalidades:

- ultrassonografia geral;
- ultrassonografia obstétrica;
- ultrassonografia musculoesquelética;
- ultrassonografia vascular.

Exames combinados, bilaterais ou que demandem tempo técnico ampliado poderão ser contabilizados como procedimentos distintos, conforme regras de faturamento e operacionalização definidas pela Administração.

5.8. Suporte Técnico e Retaguarda Médica

A contratada deverá disponibilizar suporte técnico e retaguarda médica especializada 24 (vinte e quatro) horas por dia para:

- discussão de casos clínicos;
- esclarecimentos técnicos;
- revisão de laudos quando necessário;
- suporte operacional relacionado aos serviços contratados.

Não haverá remuneração adicional pelo suporte técnico e retaguarda médica previstos neste item.

5.9. Armazenamento e Disponibilização dos Exames

As imagens diagnósticas e laudos deverão permanecer armazenados em ambiente seguro pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, observando:

- integridade das informações;
- rastreabilidade;
- disponibilidade para consulta;
- proteção de dados pessoais sensíveis;
- conformidade com a legislação sanitária e de proteção de dados aplicável.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea "g", da Lei nº 14.133/2021)

6.1. Regras Gerais de Medição

A medição dos serviços será realizada mensalmente, mediante apuração da efetiva execução dos serviços contratados, observando-se os quantitativos efetivamente produzidos, os registros operacionais, os laudos emitidos, os relatórios do sistema PACS/RIS e os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

A contratada somente fará jus ao pagamento dos serviços efetivamente executados, devidamente comprovados e atestados pela fiscalização contratual.

6.2. Medição dos Serviços de Telerradiologia

Os serviços de emissão de laudos de radiografia (raio-x) e tomografia computadorizada serão medidos por unidade de laudo efetivamente emitido, disponibilizado e validado pela fiscalização da Fundação Hospital Frei Gabriel.

Para fins de medição:

- cada laudo emitido corresponderá a uma unidade de faturamento;

- somente serão considerados os laudos efetivamente concluídos e disponibilizados no sistema;
- laudos cancelados, incompletos, inconsistentes ou rejeitados pela fiscalização não serão computados para pagamento.

6.3. Medição dos Serviços de Ultrassonografia Ambulatorial

Os serviços de ultrassonografia ambulatorial eletiva serão medidos exclusivamente por exame efetivamente realizado e laudado.

O faturamento e pagamento ocorrerão estritamente por produção efetiva, considerando:

- exame realizado;
- emissão do respectivo laudo médico;
- registro do procedimento executado;
- validação pela fiscalização contratual.

Fica expressamente vedado:

- pagamento por agenda fechada;
- pagamento por disponibilidade de horário;
- pagamento por horários ociosos;
- pagamento por faltas, cancelamentos ou não comparecimento de pacientes;
- pagamento por exames não realizados.

A agenda de atendimentos será elaborada exclusivamente pela Administração, competindo à Fundação Hospital Frei Gabriel definir:

- quantitativos de vagas;
- distribuição das agendas;
- organização dos fluxos assistenciais;
- prioridades de atendimento.

A fiscalização realizará conferência periódica entre:

- agendas disponibilizadas;
- exames efetivamente executados;
- laudos emitidos;
- registros assistenciais;
- faturamento apresentado.

6.3.1. A medição mensal será aferida exclusivamente a partir dos relatórios gerados e validados pelo sistema PACS/RIS ou sistema interno de regulação da Administração. A fiscalização contratual adotará mecanismos permanentes de conferência e auditoria cruzada, não sendo aceitos relatórios unilaterais da Contratada que divirjam dos registros do hospital, visando prevenir distorções operacionais e assegurar a aderência ao princípio da economicidade.

6.4. Exames Combinados e Bilaterais

Os exames combinados, bilaterais ou que demandem ampliação significativa do tempo técnico poderão ser considerados como procedimentos distintos para fins de medição e pagamento, desde que:

- previamente autorizados pela Administração;

- compatíveis com a tabela contratual;
- devidamente registrados no sistema;
- efetivamente realizados e laudados.

Poderão ser enquadrados nesta condição, entre outros:

- exames com Doppler associado;
- exames bilaterais;
- exames obstétricos com complementação específica;
- exames musculoesqueléticos múltiplos;
- combinações diagnósticas que ocupem mais de uma vaga operacional.

6.5. Medição do Plantão de Sobreaviso em Ultrassonografia

A remuneração da cobertura de plantão de sobreaviso em ultrassonografia ocorrerá por plantão efetivamente disponibilizado e executado.

Cada plantão corresponderá ao período de 12 (doze) horas de cobertura contínua.

O pagamento do plantão:

- possui natureza fixa por período de cobertura;
- engloba integralmente a disponibilidade do profissional;
- inclui a realização e laudagem dos exames eventualmente demandados durante o período;
- não gera pagamento adicional por quantidade de exames realizados no plantão.

Fica expressamente vedada:

- cobrança adicional por exame realizado durante o período de sobreaviso;
- cumulatividade entre pagamento do plantão e pagamento individual dos exames de urgência realizados no respectivo período.

6.6. Condições para Pagamento

O pagamento ficará condicionado:

- à efetiva execução dos serviços;
- ao cumprimento dos Acordos de Nível de Serviço (SLA);
- à apresentação da documentação fiscal exigida;
- à regularidade fiscal e trabalhista da contratada;
- ao atesto da fiscalização contratual.

O descumprimento dos SLAs poderá ensejar:

- glosas;
- aplicação de penalidades;
- descontos proporcionais;
- registro de ocorrência contratual;
- demais medidas previstas no contrato.

6.7. Documentos de Medição

Para fins de medição e pagamento, a contratada deverá apresentar mensalmente:

- relatório consolidado dos laudos emitidos;

- relatório dos exames de ultrassonografia realizados;
- relatório dos plantões executados;
- registros extraídos do sistema PACS/RIS;
- indicadores de desempenho contratual;
- demais documentos eventualmente exigidos pela fiscalização.

Os relatórios deverão permitir rastreabilidade completa da produção executada, incluindo:

- identificação do exame;
- data e horário de realização;
- data e horário da emissão do laudo;
- identificação do profissional responsável;
- classificação do atendimento;
- controle dos tempos de resposta.

6.8. Vedação de Sobrepreço e Pagamentos Indevidos

A sistemática de medição prevista neste Termo de Referência tem por finalidade:

- impedir pagamento por serviços não executados;
- evitar remuneração por disponibilidade ociosa;
- assegurar aderência ao princípio da economicidade;
- garantir compatibilidade entre produção efetiva e faturamento;
- prevenir sobrepreço, superfaturamento e distorções operacionais na execução contratual.

A fiscalização contratual deverá adotar mecanismos permanentes de conferência, auditoria e validação da produção apresentada pela contratada.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021)

7.1. Gestão e Fiscalização Contratual

A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas por servidores formalmente designados pela Administração, observando-se a segregação de funções prevista na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

A estrutura mínima de fiscalização será composta por:

- Gestor do Contrato;
- Fiscal Técnico;
- Fiscal Administrativo.

A Administração poderá designar fiscais setoriais ou auxiliares, conforme a complexidade operacional da contratação.

7.2. Competências do Gestor do Contrato

Compete ao Gestor do Contrato:

- coordenar a execução contratual;
- acompanhar o cumprimento das obrigações pactuadas;
- supervisionar a atuação da fiscalização técnica e administrativa;
- promover a comunicação institucional entre Administração e contratada;
- adotar providências relacionadas à regularidade da execução contratual;
- instruir processos de alteração, prorrogação, reajuste, penalidade e

- encerramento contratual;
- consolidar informações de desempenho e gestão do contrato.

7.3. Competências do Fiscal Técnico

Compete ao Fiscal Técnico:

- acompanhar a execução operacional dos serviços;
- verificar o cumprimento dos Acordos de Nível de Serviço (SLA);
- validar os quantitativos executados;
- conferir laudos, relatórios operacionais e registros do sistema;
- monitorar os indicadores de desempenho contratual;
- registrar ocorrências relacionadas à qualidade dos serviços;
- propor glosas, ajustes ou aplicação de penalidades quando cabíveis;
- fiscalizar o cumprimento das exigências sanitárias, técnicas e assistenciais previstas neste Termo de Referência.

7.4. Competências do Fiscal Administrativo

Compete ao Fiscal Administrativo:

- acompanhar a regularidade documental da contratada;
- verificar manutenção das condições de habilitação;
- controlar documentação fiscal, trabalhista e previdenciária;
- apoiar os procedimentos de medição e pagamento;
- acompanhar aspectos administrativos da execução contratual;
- registrar ocorrências administrativas relacionadas ao contrato.

7.5. Instrumentos de Controle e Monitoramento

A fiscalização contratual utilizará, entre outros:

- relatórios operacionais mensais;
- registros do sistema PACS/RIS;
- relatórios de produção;
- indicadores de desempenho;
- controle dos tempos de resposta;
- registros de acionamento de sobreaviso;
- auditorias assistenciais;
- registros de ocorrências contratuais.

A contratada deverá fornecer acesso às informações necessárias à fiscalização, garantindo rastreabilidade integral dos serviços executados.

7.6. Controle dos Acordos de Nível de Serviço (SLA)

A Administração monitorará continuamente os prazos de atendimento, emissão de laudos, disponibilidade do sistema e demais indicadores operacionais previstos neste Termo de Referência.

O descumprimento injustificado dos Acordos de Nível de Serviço (SLA) ensejará a adoção das seguintes medidas preliminares, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e contratuais cabíveis:

a) Atraso de até 10% (dez por cento) do prazo estabelecido

- registro formal da ocorrência;
- notificação da contratada;

- advertência formal.

b) Atraso superior a 10% (dez por cento) do prazo estabelecido

- aplicação de glosa proporcional;
- aplicação de multa contratual;
- desconto correspondente ao exame/laudo afetado;
- registro de reincidência operacional.

c) Reincidência contínua ou descumprimento reiterado dos SLAs

- abertura de processo administrativo sancionador;
- aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021;
- suspensão temporária;
- impedimento de licitar e contratar;
- eventual rescisão contratual, nos termos da legislação vigente.

A aplicação das medidas previstas neste item observará:

- o contraditório e a ampla defesa;
- a proporcionalidade da infração;
- a gravidade do descumprimento;
- os impactos assistenciais causados à Administração.

Os critérios específicos de cálculo das multas, glosas e descontos serão detalhados na minuta contratual.

7.6.1. Indicadores de Desempenho Contratual (KPI)

Sem prejuízo dos Acordos de Nível de Serviço (SLA) previstos neste Termo de Referência, a Administração acompanhará o desempenho da contratada por meio dos seguintes indicadores mínimos:

Indicador	Meta
Cumprimento do prazo de emissão de laudos de tomografia em urgência/emergência	≥ 95%
Cumprimento do prazo de emissão de laudos de pacientes internados	≥ 95%
Cumprimento do prazo de emissão de laudos de exames eletivos	≥ 95%
Comparecimento do médico ultrassonografista em sobreaviso dentro do prazo contratual	≥ 98%
Disponibilidade mensal da plataforma PACS/RIS	≥ 99%

Os indicadores serão aferidos mensalmente pela fiscalização contratual com base nos registros operacionais, relatórios do sistema PACS/RIS, registros de acionamento, laudos emitidos e demais documentos de controle da execução.

O descumprimento das metas estabelecidas constituirá indicativo de desempenho insuficiente e poderá ensejar a aplicação de glosas, descontos, advertências, multas ou demais sanções previstas no contrato, observados o contraditório, a ampla defesa e a proporcionalidade da infração.

Os resultados dos indicadores integrarão o histórico de desempenho da contratada e

poderão ser considerados para fins de avaliação da execução contratual, prorrogação da vigência, aplicação de penalidades e gestão dos riscos da contratação.

7.7. Gestão da Qualidade e Segurança Assistencial

A contratada deverá colaborar com os mecanismos institucionais de gerenciamento de riscos, qualidade assistencial e segurança do paciente da Fundação Hospital Frei Gabriel.

O Responsável Técnico da contratada deverá:

- fornecer relatórios técnicos quando solicitado;
- colaborar com auditorias e inspeções;
- participar de discussões técnicas relacionadas à qualidade diagnóstica;
- atuar de forma integrada com os mecanismos institucionais de gerenciamento de riscos em radiologia diagnóstica.

7.8. Segurança da Informação e Proteção de Dados

A contratada deverá manter controles adequados de segurança da informação, assegurando:

- confidencialidade dos dados médicos;
- integridade das imagens e laudos;
- rastreabilidade das informações;
- controle de acesso aos sistemas;
- conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Qualquer incidente relacionado à segurança da informação deverá ser imediatamente comunicado à Administração.

A contratada deverá comunicar à Administração, em até 24 horas da ciência do fato, qualquer incidente de segurança envolvendo dados pessoais ou informações assistenciais tratadas durante a execução contratual.

7.9. Encerramento Contratual e Migração de Dados

Ao término do contrato, independentemente do motivo da extinção contratual, a contratada deverá:

- disponibilizar integralmente o banco de imagens e laudos à Administração;
- garantir acesso irrestrito ao acervo digital produzido durante a vigência contratual;
- realizar a migração integral dos dados sem qualquer ônus para a Administração;
- assegurar integridade, rastreabilidade e legibilidade das informações transferidas;
- fornecer suporte técnico necessário à transição operacional.

Fica expressamente vedada qualquer forma de retenção indevida de dados, restrição de acesso ou criação de dependência tecnológica (lock-in tecnológico).

O encerramento contratual somente será considerado plenamente concluído após validação da migração e entrega integral do acervo pela fiscalização da Fundação Hospital Frei Gabriel.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, inciso XXIII, alínea "h", da Lei nº 14.133/2021)

8.1. A seleção do fornecedor ocorrerá por meio de Pregão Eletrônico, adotando-se o critério de julgamento por menor preço global do lote.

8.1.1. Embora o critério de julgamento da licitação seja o menor preço global do lote único, **o critério de aceitabilidade de preços incidirá também sobre os valores unitários de cada item.** Serão desclassificadas as propostas cujos preços unitários superem o valor máximo estimado pela Administração, prevenindo-se a prática de "jogo de planilha", em observância à jurisprudência do TCU (Acórdão 2190/2024 - Plenário).

8.2. Qualificação Econômico-Financeira (Regra do TCU)

Para fins de qualificação econômico-financeira, as licitantes deverão comprovar Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro de, no mínimo, 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento). Em estrita observância à jurisprudência do Tribunal de Contas da União (**Acórdão 1087/2025 - TCU - Plenário**), este índice deverá ser apurado exclusivamente em função do valor estimado da contratação para o período de 12 (doze) meses, independentemente de eventuais prorrogações ou da vigência total do contrato.

8.3. Qualificação Técnica-Operacional

8.3.1. Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá apresentar atestado(s) que comprove(m) a execução de serviços com características semelhantes em volume correspondente a, no máximo, 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância, **sendo exigido que os atestados comprovem a prestação contínua dos serviços por um período não inferior a 12 (doze) meses.**

8.3.2. Visando não restringir indevidamente a competitividade do certame, **será admitido o somatório de atestados** de capacidade técnica para a comprovação dos quantitativos mínimos exigidos.

8.4. Condições de Participação

Somente poderão participar da licitação empresas:

- legalmente constituídas;
- regularmente registradas nos órgãos competentes;
- que possuam autorização compatível com o objeto;
- que atendam integralmente às exigências técnicas, sanitárias e operacionais previstas neste Termo de Referência.

Será vedada a participação de empresas:

- declaradas inidôneas;
- suspensas de licitar e contratar com a Administração;
- impedidas nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- que não possuam regularidade fiscal, trabalhista ou técnica compatível com o objeto.

8.5. Exigências Sanitárias e Regulatórias

As licitantes deverão demonstrar conformidade com:

- a Resolução RDC ANVISA nº 611/2022;

- as normas do Conselho Federal de Medicina (CFM);
- a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- demais normas técnicas e sanitárias aplicáveis aos serviços de diagnóstico por imagem e telerradiologia.

Serão exigidos:

- documentos de regularidade sanitária;
- comprovação de licenciamento dos sistemas utilizados;
- comprovação de conformidade dos ambientes de laudo;
- comprovação dos testes de luminância dos monitores diagnósticos;
- comprovação de segurança da infraestrutura tecnológica.

8.6. Vistoria Técnica

A critério da Administração, poderá ser facultada a realização de vistoria técnica prévia nas dependências da Fundação Hospital Frei Gabriel, visando possibilitar pleno conhecimento das condições operacionais para execução dos serviços.

A não realização da vistoria não poderá ser posteriormente utilizada como justificativa para descumprimento das obrigações contratuais.

8.7. Da subcontratação

8.7.1. A subcontratação dos serviços de telerradiologia, emissão de laudos médicos e ultrassonografia será admitida desde que devidamente justificada pela Contratada e mediante **prévia e expressa autorização da Administração**, em estrita observância ao art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

8.7.2. Para a concessão da autorização, a empresa subcontratada deverá preencher e comprovar **todos os requisitos de habilitação, de qualificação técnica-operacional, regulatórios (RDC Anvisa nº 611/2022) e de segurança da informação (LGPD)** estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital, nas exatas proporções da parcela do objeto a ser subcontratada.

8.7.3. A subcontratação não exime a Contratada principal de suas responsabilidades legais e contratuais, permanecendo esta como única e integral responsável perante a Administração pela execução padronizada dos serviços, pela qualidade dos laudos, pelo cumprimento dos prazos (SLA) e pela garantia absoluta do sigilo dos dados dos pacientes.

8.8. A Administração poderá promover diligências para aferição da exequibilidade da proposta vencedora, nos termos do art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

9. ESTIMATIVA DE PREÇOS E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, inciso XXIII, alíneas "i" e "j", da Lei nº 14.133/2021)

9.1. Estimativa de Preços

O valor global estimado da contratação foi apurado com base em pesquisa de mercado realizada nos termos da legislação aplicável, considerando:

- os quantitativos estimados para a contratação;
- os custos operacionais dos serviços;
- os requisitos técnicos e sanitários exigidos;
- a complexidade da solução tecnológica;

- os Acordos de Nível de Serviço (SLA);
- os custos relacionados à infraestrutura tecnológica, armazenamento de imagens, suporte técnico especializado e cobertura assistencial.

A pesquisa de preços observou os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à formação de preços nas contratações públicas.

Nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, o orçamento estimado da contratação possuirá caráter sigiloso e constará em documento apartado e classificado nos autos do processo administrativo, permanecendo restrito até a conclusão da fase de lances do certame.

O sigilo do orçamento estimado tem por finalidade:

- preservar a competitividade da licitação;
- estimular a obtenção da proposta mais vantajosa;
- evitar alinhamento artificial de preços entre licitantes;
- ampliar a eficiência econômica do certame.

Após encerrada a fase de lances, o orçamento estimado será tornado público, na forma da legislação vigente.

9.2. Adequação Orçamentária

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Fundação Hospital Frei Gabriel, consignadas no orçamento vigente à época da contratação e de seus respectivos exercícios financeiros.

A Administração providenciará:

- a emissão da competente reserva orçamentária;
- a emissão da nota de empenho;
- a observância das regras de execução orçamentária e financeira aplicáveis.

Tratando-se de contratação de natureza continuada, as despesas relativas aos exercícios subsequentes ficarão condicionadas:

- à existência de dotação orçamentária suficiente;
- à manutenção do interesse público;
- à vantajosidade da prorrogação contratual;
- ao cumprimento das exigências previstas na Lei nº 14.133/2021.

A contratação observará os princípios da responsabilidade fiscal, planejamento, economicidade e eficiência administrativa.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 6º, inciso XXIII, observando os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público.

A solução proposta foi estruturada com base:

- nas necessidades assistenciais da Fundação Hospital Frei Gabriel;
- nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP);
- no Documento de Formalização da Demanda (DFD);
- no Mapa de Riscos da contratação;
- na produção histórica da unidade hospitalar;
- nas exigências sanitárias e regulatórias aplicáveis aos serviços de diagnóstico por imagem.

Os estudos realizados demonstraram que a contratação:

- é tecnicamente viável;
- é operacionalmente adequada;
- é economicamente vantajosa;
- atende às necessidades institucionais da Administração;
- assegura continuidade assistencial e suporte diagnóstico especializado à população atendida.

A adoção do modelo híbrido de execução — compreendendo telerradiologia para radiografia e tomografia computadorizada, associada à ultrassonografia presencial — mostrou-se a alternativa mais eficiente para garantir:

- agilidade diagnóstica;
- continuidade dos serviços;
- redução de riscos assistenciais;
- otimização operacional;
- segurança do paciente;
- conformidade regulatória.

A contratação também incorpora mecanismos robustos de:

- controle de produção;
- fiscalização contratual;
- medição por desempenho;
- proteção de dados pessoais;
- segurança da informação;
- rastreabilidade diagnóstica;
- prevenção de sobrepreço e pagamentos indevidos.

Foram igualmente observadas:

- as exigências da Resolução RDC ANVISA nº 611/2022;
- as normas do Conselho Federal de Medicina (CFM);
- as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- as boas práticas de governança e gestão contratual aplicáveis às contratações públicas de serviços continuados.

Conclui-se, portanto, que a presente contratação é indispensável para assegurar suporte diagnóstico eficiente, contínuo e seguro à Fundação Hospital Frei Gabriel, revelando-se plenamente alinhada ao interesse público, à manutenção da assistência hospitalar e à adequada prestação dos serviços de saúde à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS).

Dessa forma, submete-se o presente Termo de Referência à apreciação da autoridade




Prefeitura de
Frutal
Gestão 2025-2028

competente para prosseguimento da instrução processual e adoção das providências necessárias à realização do certame licitatório.

Frutal-MG, 13 de maio de 2026.

Marina Botta Martins
Presidente Adjunta

	FUNDAÇÃO HOSPITAL FREI GABRIEL Avenida Brasília 333 - Frutal/MG Cep: 38.200-000 - Telefone: (34)34213489 CNPJ: 07.889.243/0001-71	SOLICITAÇÃO 0001559
DATA 07/05/2026	SOLICITANTE: MARINA BOTTA MARTINS	CÓDIGO: 420
UNIDADE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR FREI GABRIEL SUBUNIDADE:		CÓDIGO: 03.01.01
LOCAL DE ENTREGA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR FREI GABRIEL		REQUISIÇÃO:
FINALIDADE: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de apoio ao diagnóstico por imagem, agrupados em lote único, compreendendo a emissão de laudos médicos remotos por telerradiologia (Radiografia e Tomografia Computadorizada) e a realização presencial de exames de Ultrassonografia com emissão de laudos. A contratação dar-se-á sob demanda, com remuneração vinculada estritamente aos exames efetivamente realizados, sendo vedado o pagamento por disponibilização de mão de obra ou agenda fechada.		

DADOS DO(s) PRODUTO(s):

Nº	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE SOLICITADA	QTDE APROVADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL PREVISTO
001	09201000015	Cobertura de Plantão de Sobreaviso em Ultrassonografia (Urgência/Emergência) - Plantão 12 horas Realização presencial de exames de ultrassonografia com emissão imediata de laudo, voltada exclusivamente para o atendimento de urgências e emergências, mediante disponibilização de médico plantonista em regime de sobreaviso.	SE	730	730	1.880,00	1.372.400,00
002	09201000014	Exames de Ultrassonografia Ambulatorial (Eletiva) Realização presencial de exames de ultrassonografia (geral, obstétrico, musculoesquelético e vascular) com emissão imediata de laudo, em regime ambulatorial eletivo.	SE	1.500	1.500	150,00	225.000,00
003	09201000012	Laudos de Radiografia (Raio-X) Ambulatorial por Telerradiologia Prestação de serviço contínuo de emissão de laudos médicos à distância (telerradiologia) para exames de raio-x ambulatorial, a partir de imagens disponibilizadas pela Fundação, incluindo o fornecimento e manutenção de sistema PACS/RIS integrado.	SE	5.505	5.505	19,67	108.266,84
004	09201000013	Laudos de Tomografia Computadorizada por Telerradiologia Prestação de serviço contínuo de emissão de laudos médicos à distância (telerradiologia) para exames de tomografia computadorizada, abrangendo as demandas de rotina, internação, urgência e emergência, a partir de imagens disponibilizadas pela Fundação.	SE	6.512	6.512	90,33	588.248,50
						TOTAL GERAL:	2.293.915,33

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Elaborado por: EliasAS

ORDENADOR ____/____/____	SECRETARIO ____/____/____	SETOR DE COMPRAS ____/____/____	SETOR DE COMPRAS ____/____/____	SETOR DE COMPRAS ____/____/____